

ESCÂNDALO DOS GRAMPINGS: 'Antonio Carlos poderia ter um gesto de grandeza e retirar a sua candidatura', diz Simon

Cresce oposição à indicação de senador para CCJ

Pefelistas, porém, dizem que manterão o nome de ACM para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça

Isabel Braga e Isabela Abdala

• BRASÍLIA. O coro de pedidos para que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), por iniciativa própria, desista temporariamente da indicação para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça está crescendo dentro e fora do Senado. Além do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, também defenderam ontem a desistência como melhor alternativa para o Senado.

— Antonio Carlos poderia ter um gesto de grandeza e retirar a sua candidatura. A conotação política do grampo desapareceu completamente a partir do momento em que Adriana Barreto e Plácido Faria foram grampeados — disse Simon, numa referência à advogada que se diz ex-namorada de Antonio Carlos e ao marido dela.

— A CCJ é a comissão mais nobre, a comissão mãe. Temos uma reincidência, fazendo um paralelo com o caso da violação do painel, há uma suspeição clara, pública e notória em relação a ele. Poderia, por sua conta, decidir não assumir neste momento. Como vai presidir a comissão com uma suspeita deste tamanho sobre sua cabeça? — afirmou Wagner.

Ministro sugere que PFL indique outro nome para CCJ

Para o ministro, há maneiras de se evitar a eleição de Antonio Carlos para a presidência da CCJ: o PFL indicar outro candidato ou os senadores dos demais partidos boicotarem a eleição na comissão. Wagner acrescentou que esse não é um problema do PT ou do governo, mas de todos os partidos e do Senado:

— Será que é adequado ter na presidência da CCJ alguém que está sob suspeita? Se os senadores não forem à sessão, não se faz a escolha.

Embora não defendam abertamente a hipótese, senadores do PFL já admitem que receberiam de bom grado uma decisão neste sentido.

— O senador Antonio Carlos tem companheiros no partido dispostos a conversar com ele e não contra ele. A decisão de indicá-lo para a CCJ foi tomada por unanimidade na bancada e qualquer mudança de rumo teria de ser tomada pelo próprio senador — afirma o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN).

Bornhausen diz que partido manterá nomeação

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC) garante que a indicação está mantida. O grande problema no partido é a força política de Antonio Carlos, que garantiu a eleição dos três senadores baianos. O nome dele foi aprovado por unanimidade, mas, no partido, havia quem defendesse que a vaga deveria ser do ex-vice-presidente Marco Maciel.

— A indicação foi feita e será mantida — disse Bornhausen.

Na avaliação de senadores de diferentes partidos, o próprio Antonio Carlos tem consciência dos riscos que correrá se resolver assumir a presidência da CCJ.

— Ele ficará sob os refletores, com uma lente de aumento sobre o assunto — disse um senador.

Até quarta-feira, o PFL terá de fazer uma avaliação do grau de indisposição dos senadores dos demais partidos em relação à escolha de Antonio Carlos. Como a votação é secreta, o senador corre o risco de ver seu nome rejeitado pelo plenário da comissão. Ao mesmo tempo, os pefelistas sabem que abrir mão da indicação pode indicar para a opinião pública o reconhecimento de culpa no episódio da escuta clandestina na Bahia. ■

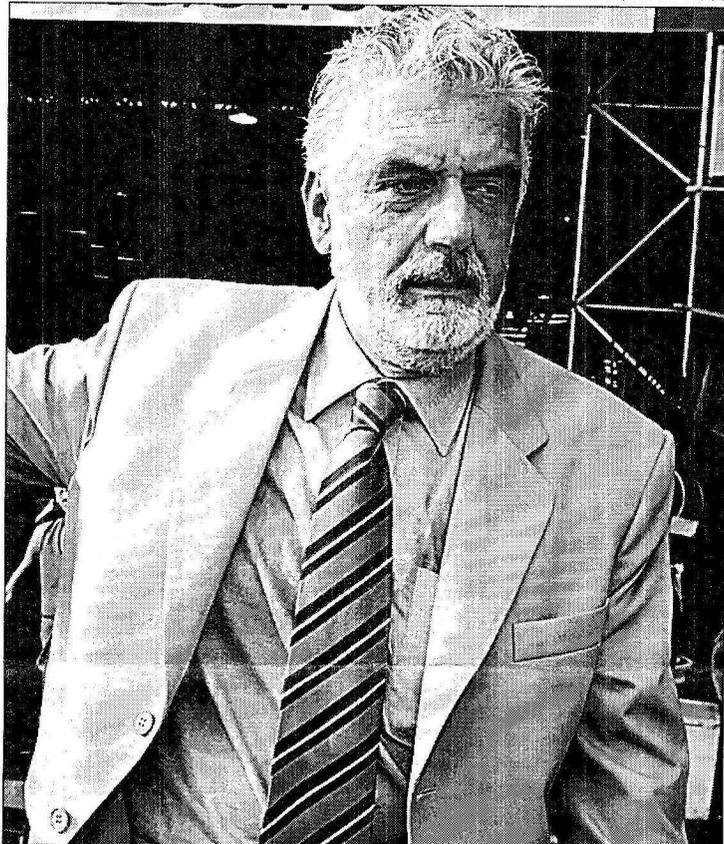
COLABORARAM Ilmar Franco e Cristiana Lobo, do GloboNews.com

Ailton de Freitas/31-05-2002



SIMON: O SENADOR afirma que Antonio Carlos deveria desistir da CCJ

A Tarde/15-01-2003



WAGNER: "TEMOS uma reincidência", diz o ministro do Trabalho